



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 20/2021

CARTA - CONTRATO Nº 20/2021/TRE-RO.

PROCESSO SEI Nº 0002501-30.2021.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VILHENA – SAAE VILHENA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA O FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA/RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE VILHENA – SAAE VILHENA (Autarquia Municipal), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.933.030/0001-13, com sede na Avenida Major Amarante, 2788 - Centro, CEP: 76.980-000, Vilhena/RO, Telefone: (69) 3322-5480/(69) 98448-0433, E-mail: saaevilhena@gmail.com, representada neste ato pelo Diretor Geral do SAAE Vilhena, Senhor **FAIÇAL IBRAHIM AKKARI**, brasileiro, nomeado por meio do Decreto Municipal n. 53.360/2021, portador da Cédula de Identidade RG n.º 51389123 - SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 624.585.909-34.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação no artigo 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da despesa e Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO Nº 1500/2021 - PRES/DG, de 28/10/2021.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato o fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena- SAAE do município de Vilhena, para atender às necessidades do Fórum Eleitoral de Vilhena, situado na Av. Presidente Tancredo Neves, 4060 – Bairro Jardim América – Vilhena/RO, conforme dados a seguir:

MATRÍCULA	NOME	ENDEREÇO	CIDADE/UF
0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. Presidente Tancredo Neves, 4060 - Bairro Jardim América	Vilhena/RO

Subcláusula Única – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, §§ 1º a 3º, da Lei n.º 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir de 1º de março de 2022, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 9.029,32** (nove mil e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), correspondente aos 60 (sessenta) meses dimensionados para sua vigência.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão inicialmente com recursos do Orçamento Anual de 2022 do TRE-RO, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos, conforme resumo abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
PLANO INTERNO:	AIEF ÁGUA

DO REAJUSTAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Os preços das tarifas serão reajustados de acordo com o índice estabelecido pela CONTRATADA por intermédio de Decreto da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO ou outro normativo legal cabível.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em correspondência com o consumo mensal medido pela CONTRATADA, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil, em moeda corrente, no prazo indicado na respectiva fatura apresentada, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, ou, na ausência deste, pelo seu respectivo substituto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA emitirá as contas/faturas mensais, encaminhando-as para a sede do Fórum Eleitoral de Vilhena, no endereço constante na respectiva fatura, no mês posterior à utilização dos serviços. Ficará a cargo do Chefe de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Vilhena enviar as contas/faturas para a Seção de Administração Predial do TRE-RO – SEAP, devidamente atestadas, para fins de pagamento.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Terceira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, Justiça do Trabalho e CNJ.

Subcláusula Quarta – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima da CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas.

Subcláusula Quinta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

Subcláusula Sexta - Estando as faturas anteriores quitadas ou em processo de recurso, a CONTRATANTE poderá contestar o valor apresentado nas faturas, desde que o faça no prazo de até 30 (trinta) dias após seu vencimento, através de reclamação dirigida à Gerência Comercial da CONTRATADA. Protocolado o recurso, a cobrança será suspensa até que a CONTRATADA examine o cabimento da contestação apresentada.

Subcláusula Sétima - Caso julgado total ou parcialmente improcedente o recurso, a CONTRATADA deverá comunicar o resultado à CONTRATANTE, por escrito, juntamente com as novas faturas com o valor devido e com nova data de vencimento, a qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis posteriores à apresentação.

Subcláusula Oitava - Das decisões da CONTRATADA caberá recurso à Agência Nacional de Águas – ANA.

CLÁUSULA SEXTA - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = (TX)$$

365

$$I = (6/100) I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Única - A compensação financeira prevista nesta Cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - A gestão desta contratação será exercida pela Chefia da Seção de Administração Predial – SEAP - do TRE-RO e a fiscalização será realizada pela Chefia de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Vilhena, ou por seu substituto, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008.

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento;

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA, zelando para que durante a vigência desta carta-contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de contratação;
2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as todas as ocorrências relevantes durante a execução da contratação e as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
3. Garantir à CONTRATADA, através de funcionário credenciado, o livre acesso às instalações hidráulicas do CONTRATANTE para verificações de rotina;
4. Fornecer aos técnicos da CONTRATADA os dados e informações que solicitarem sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligados ao sistema de fornecimento de água;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Adquirir os materiais solicitados pela CONTRATADA, conforme o padrão de qualidade exigido;
6. Efetuar a instalação hidráulica do imóvel dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATADA;
7. Reservar, utilizar e manter a qualidade da água após o ponto de entrega (cavalete);
8. Reparar ou substituir, dentro do prazo determinado pela CONTRATADA, as instalações defeituosas que estejam possibilitando o desperdício ou a poluição da água;
9. Comunicar à CONTRATADA, através de sua Gerência Comercial, a venda ou transferência do imóvel;
10. Responder pelos danos causados aos hidrômetros e reguladores de consumo do imóvel, exceto por calamidade pública ou ação de terceiros;
11. Solicitar à CONTRATADA qualquer reparo, substituição ou modificação do ramal predial;
12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas na seção “Do Pagamento” deste instrumento;
13. Informar à CONTRATADA qualquer alteração no imóvel que resulte em mudança de categoria ou economia (construção/reforma);
14. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
15. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
16. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;
17. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – É vedado ao CONTRATANTE:

1. A intervenção de qualquer modo e tempo nas instalações inadequadas e irregulares de água da CONTRATADA;
2. Realizar ligação clandestina de qualquer canalização à rede distribuidora da CONTRATADA;
3. Violar e/ou retirar o hidrômetro, por qualquer que seja o motivo;
4. Usar em sua instalação predial água que não proceda do sistema de abastecimento de água da CONTRATADA;
5. Efetuar a derivação clandestina de água para outro imóvel;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Usar bomba de sucção ou qualquer outro dispositivo que succione a água diretamente do ramal predial ou da rede de distribuição;
7. Violar o lacre das ligações cortadas;
8. Religar a água cortada sem autorização da CONTRATADA;
9. Efetuar o lançamento de águas pluviais e de piscina nas instalações de água e esgoto da CONTRATADA;
10. Construir fossa e/ou sumidouro à distância de 02 (dois) metros da rede pública de abastecimento de água.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, vedada a subcontratação dos serviços;
2. Executar ligação de água somente quando constatadas a qualidade e a totalidade dos materiais solicitados ao CONTRATANTE, assim como a existência de reservatório de água com capacidade mínima de 500 (quinhentos) litros, com boia;
3. Inspecionar as instalações hidráulicas do imóvel, antes de executar a ligação de água, bem como, a qualquer tempo, quando julgar necessário, depois de combinado previamente com o CONTRATANTE o dia e horário da visita;
4. Fornecer água tratada (potável) até o ponto de entrega do imóvel (cavalete), bem como os serviços de esgoto;
5. Interromper o fornecimento de água potável **com prévio aviso formal**, por necessidade de manutenção de redes, execução de prolongamentos e serviços técnicos;
6. Orientar e esclarecer quanto aos métodos para manutenção da qualidade da água;
7. Aferir seus instrumentos de medição periodicamente, com a fiscalização do CONTRATANTE, se a esta assim convier. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação do CONTRATANTE a qualquer momento, cabendo, porém, a esta, as despesas decorrentes, se for constatado que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Encaminhar, sempre que ocorrer reajuste de preços das tarifas, cópia do ato que o determinou;
9. Manter-se durante toda a execução da presente Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesta contratação, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, Justiça do Trabalho e CNJ) e qualificações exigidas, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 8.666/93;
10. Interromper o fornecimento dos serviços de água e/ou esgoto por descumprimento de Cláusula Contratual somente mediante aviso prévio;
11. Suprimir o fornecimento de água e/ou esgoto do CONTRATANTE em débito, somente após notificada prévia e oficialmente, e extrapoladas todas as formas de negociações;
12. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
13. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento;
14. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento e em sua proposta;
15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do TRE-RO;
16. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;
17. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE, a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato;
19. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
20. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste instrumento, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor faturado do mês da ocorrência do descumprimento, na forma seguinte:

I - primeira suspensão ou interrupção injustificada dos serviços por até 06 (seis) horas, multa de 5% (cinco por cento);

II - segunda suspensão ou interrupção injustificada dos serviços por até 06 (seis) horas, multa de 10% (dez por cento);

III - terceira suspensão ou interrupção injustificada dos serviços, bem como ocorrência dessa natureza por período superior a 06 (seis) horas, caracterizam a inexecução da obrigação.

Subcláusula Primeira – Pela inexecução total ou parcial do objeto da carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos.

Subcláusula Segunda - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Terceira - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste instrumento, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

Subcláusula Quinta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Sexta – Caso o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Sétima - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Primeira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Segunda - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Terceira - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quarta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados no incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração;
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Primeira – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa CONTRATADA, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Segunda – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário da Justiça Eletrônico do TRE-RO, até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos IV, VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei n.º 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo informadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 04 de novembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	FAIÇAL IBRAHIM AKKARI Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.72-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **FAIÇAL IBRAHIM AKKARI, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/11/2021, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 04/11/2021, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/11/2021, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0757128** e o código CRC **ECD005F2**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002501-30.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

Unidade solicitante:	<i>Seção de Administração Predial - SEAP</i>
Unidade demandante:	<i>Seção de Administração Predial - SEAP</i>
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares:	Jaidê Rabelo Bento - Chefe da SEAP

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inares e do PB/TR :					
Objeto :	Contratação da entidade autárquica municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena - SAAE Cacoal, por inexigibilidade, com fulcro no Art. 25, I da Lei 8.666/93, para fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário, para atender ao Fórum Eleitoral de Vilhena, dando continuidade aos serviços já prestados, conforme dados abaixo:				
	MATRÍCULA	NOME	ENDE		
	0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. Pr Améric		
Quant idade:	<i>Como trata-se de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário, com aplicação de tarifas de serviços para cada item, a contratação não será feita por quantidade de serviço prestado, mas pela estimativa do valor do contrato, conforme tabela abaixo, embora haja uma estimativa de quantidade de água tratada a ser consumida no período da contratação:</i>				
	Ano	Faixa de Consumo Mensal	Valor estimado tarifa de água	Valor Mensal Estimado Tarifa de água	Valor Tarifa de consumo para o ano
	2022 (10 meses)	Até 20 m3	R\$ 5,86	R\$ 117,20	R\$ 1.172
	2023	Até 20 m3	R\$ 6,45	R\$ 128,92	R\$ 1.547
	2024	Até 20 m3	R\$ 7,09	R\$ 141,81	R\$ 1.701
	2025	Até 20 m3	R\$ 7,80	R\$ 155,99	R\$ 1.871
	2026	Até 20 m3	R\$ 8,58	R\$ 171,59	R\$ 2.059
	2027 (2 meses)	Até 20 m3	R\$ 9,44	R\$ 188,75	R\$ 377
	TOTAL				
Plano Anual de Contat ação (PAC)	(X) Sim. () Não. Justificativa da necessidade:				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

:	
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	01 de março de 2022.

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0002501-30.2021.6.22.8000

0743356v2



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 27/09/2021, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743356** e o código CRC **163FC09B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

<p>Contratação direta:</p> <p><i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i></p>	<p>() Dispensa de licitação. Art. 24, inciso ____ da Lei n. 8.666/93.</p> <p>(x) Inexigibilidade de licitação – Art. 25, I, da Lei n. 8.666/93.</p>
<p>Unidade solicitante:</p>	<p><i>Seção de Administração Predial - SEAP</i></p>
<p>Unidade demandante:</p>	<p><i>Seção de Administração Predial - SEAP (GESTÃO)</i></p> <p><i>Fóruns Eleitorais do interior do Estado (FISCALIZAÇÃO)</i></p>
<p>Servidor ou</p>	<p><i>Jaidê Rabelo Bento</i></p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:							
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	(X) Sim. () Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.						
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	() Não. (Se assinalado, não responder os demais). (X) Sim. () Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução. (X) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?						
Justificativa:	<i>Descrição sucinta da necessidade.</i> O imóvel do Fórum Eleitoral de Vilhena (4ª Zona Eleitoral) não possui poço de abastecimento de água SAAE Vilhena, contratada por meio da Carta-Contrato. Pelo exposto, faz-se necessária uma nova contratação de concessionária de serviço.						
Objeto:	Contratação da autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena para a prestação de tratamento e esgotamento sanitário, para atender ao Fórum Eleitoral de Vilhena, localizados em Vilhena, RO, conforme dados abaixo: <table><tr><td>MATRÍCULA</td><td>NOME</td><td>ENDEREÇO</td></tr><tr><td>0018837-9</td><td>Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena</td><td>Av. ...</td></tr></table>	MATRÍCULA	NOME	ENDEREÇO	0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. ...
MATRÍCULA	NOME	ENDEREÇO					
0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. ...					
Quantidade: <i>(Estimativa das quantidades (unidades)).</i>	Previsão inicial de valores: () Não. (X) Sim. Informar: O valor total estimado desta contratação para o período de 60 meses é de R\$ 9						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Ano	Faixa de Consumo Mensal	Valor estimado tarifa de água	Valor Mensal
	2022 (10 meses)	Até 20 m3	R\$ 5,86	
	2023	Até 20 m3	R\$ 6,45	
	2024	Até 20 m3	R\$ 7,09	
	2025	Até 20 m3	R\$ 7,80	
	2026	Até 20 m3	R\$ 8,58	
	2027 (2 meses)	Até 20 m3	R\$ 9,44	
	TOTAL			
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	01/03/2022.			

0002501-30.2021.6.22.8000

0746888v4



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 05/10/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0746888** e o código CRC **CD75640C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**

Valor estimado da contratação:	R\$ 9.029,32 (nove mil, vinte e nove reais e trinta e dois centavos)
Forma de aquisição:	() Licitação.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	(X) Aquisição direta.						
Classificação da contratação:	(X) Aquisições e contratações gerais, EXCETO obras e serviços de engenharia e regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 26 de maio de 2017. () SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).						
Objeto: (Descrição sucinta do objeto que será estimado)	Contratação da autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena, com fulcro no Art. 25, I da Lei 8.666/93, para fornecimento de água tratada e esgoto sanitário em Vilhena, localizado na Av. Presidente Tancredo Neves, 4060 – Bairro Jardim A, para os serviços prestados, conforme dados abaixo: <table><tr><td>MATRÍCULA</td><td>NOME</td><td>END</td></tr><tr><td>0018837-9</td><td>Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena</td><td>Av. ...</td></tr></table>	MATRÍCULA	NOME	END	0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. ...
MATRÍCULA	NOME	END					
0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. ...					
Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços: (indicar também a unidade de lotação)	Servidor 1: Jaidê Rabelo Bento; Lotação: SEAP						
Norma utilizada para estimativa de preços:	() Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020. (x) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR): Fornecedor exclusivo, concessionária/permissionária de serviço público de fornecimento de água, pelo meio de norma municipal, disponibilizada pela própria concessionária/permissionária, em quantidade de água (m³) a ser consumida no período da contratação multiplicada pelo preço unitário.						
Critérios: (situações)	A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 15, inciso I, da Lei 8.666/93.						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<i>específicas de cada objeto)</i>	<p>() INFORMAR quais condições constaram da cotação:</p> <p>(x) Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR):</p> <p>Fornecedor exclusivo, concessionária/permissionária de serviço público de fornecimento municipal, disponibilizada pela própria concessionária/permissionária. A estimativa de consumida no período da contratação multiplicada pela tarifa vigente na data da elaboração</p>
Parâmetros adotados na estimativa de preços:	<p>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/20 foram utilizados:</p> <p>() Inciso I - Pannel de Preços;</p> <p>() Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;</p> <p>() Inciso III - Sados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônico</p> <p>(X) Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores.</p> <p>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</p> <p>() Sim</p> <p>(X) Não (JUSTIFICAR):</p> <p>Fornecedor exclusivo, concessionária/permissionária de serviço público de fornecimento municipal, disponibilizada pela própria concessionária/permissionária. A estimativa de consumida no período da contratação multiplicada pela tarifa vigente na data da elaboração</p> <p>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no art. 5º da IN SG/ME 73/20:</p> <p>() Sim, todos.</p> <p>() Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>(X) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20 DESCREVER os critérios e parâmetros utilizados</p> <p>Fornecedor exclusivo, concessionária/permissionária de serviço público de fornecimento municipal, disponibilizada pela própria concessionária/permissionária. A estimativa de consumida no período da contratação multiplicada pela tarifa vigente na data da elaboração</p>
Metodologia para obtenção da estimativa de preços:	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e a análise de variação:</p> <p>() Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>() Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>Não se aplica.</p> <p>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I desta Informação:</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>Não se aplica.</p> <p>III - Há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</p> <p>() Sim, se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20)</p> <p>(X) Não há valores com essas características.</p> <p>IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II desta Informação de Licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do edital, obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais itens, ou menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20)</p> <p>V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos? Caso positivo, descrever os critérios e métodos utilizados, bem como a autoridade responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20)</p> <p>O método utilizado será o descrito na JUSTIFICATIVA I.</p>
Publicação:	<p>Valor estimado é sigiloso:</p> <p>(X) Não, PUBLICAR.</p> <p>() Sim (INDICAR O FUNDAMENTO):</p> <p><u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital, a divulgação é obrigatória após a finalização do certame.</p>

ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA

- **INSERIR QUADRO** com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.

Ano	Faixa de Consumo Mensal	Valor estimado tarifa de água	Valor Mensal Estimado Tarifa de água	Valor Tarifa de consumo para o ano	Custo anual estimado outros serviços prestados	Valor total estimado para contratação
-----	-------------------------	-------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	--	---------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2022 (10 meses)	Até 20 m3	R\$ 5,86	R\$ 117,20	R\$ 1.172,00	R\$ 50,00	R\$ 1.222,00
2023	Até 20 m3	R\$ 6,45	R\$ 128,92	R\$ 1.547,04	R\$ 50,00	R\$ 1.597,04
2024	Até 20 m3	R\$ 7,09	R\$ 141,81	R\$ 1.701,74	R\$ 50,00	R\$ 1.751,74
2025	Até 20 m3	R\$ 7,80	R\$ 155,99	R\$ 1.871,92	R\$ 50,00	R\$ 1.921,92
2026	Até 20 m3	R\$ 8,58	R\$ 171,59	R\$ 2.059,11	R\$ 50,00	R\$ 2.109,11
2027 (2 meses)	Até 20 m3	R\$ 9,44	R\$ 188,75	R\$ 377,50	R\$ 50,00	R\$ 427,50
TOTAL						R\$ 9.029,32

ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL

- **INSERIR QUADRO** com os preços considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - e o método ou métodos utilizados para obtenção da estimativa (média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços):

O valor total estimado desta contratação para o período de 60 meses é de **R\$ 9.029,32** (nove mil, vinte e nove reais e trinta e dois centavos), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ano	Faixa de Consumo Mensal	Valor estimado tarifa de água	Valor Mensal Estimado Tarifa de água	Valor Tarifa de consumo para o ano	Custo anual estimado outros serviços prestados	Valor total estimado para contratação
2022 (10 meses)	Até 20 m3	R\$ 5,86	R\$ 117,20	R\$ 1.172,00	R\$ 50,00	R\$ 1.222,00
2023	Até 20 m3	R\$ 6,45	R\$ 128,92	R\$ 1.547,04	R\$ 50,00	R\$ 1.597,04
2024	Até 20 m3	R\$ 7,09	R\$ 141,81	R\$ 1.701,74	R\$ 50,00	R\$ 1.751,74
2025	Até 20 m3	R\$ 7,80	R\$ 155,99	R\$	R\$ 50,00	R\$ 1.921,92



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				1.871,92		
2026	Até 20 m³	R\$ 8,58	R\$ 171,59	R\$ 2.059,11	R\$ 50,00	R\$ 2.109,11
2027 (2 meses)	Até 20 m³	R\$ 9,44	R\$ 188,75	R\$ 377,50	R\$ 50,00	R\$ 427,50
TOTAL						R\$ 9.029,32

Para a estimativa do valor total da contratação utilizou-se como base:

- a) a atual faixa de consumo do Fórum Eleitoral (baseada também no histórico de consumo de anos anteriores), que é de 0 a 20 m³ mesais;
- b) os valores das tarifas atualmente em vigor para a Categoria 04 -Pública (de 0 a 20 m³), conforme Portaria n. 670/2017 (evento [0746815](#)), Tabela I, cujo valor é R\$ 5,86 (cinco reais e oitenta e seis centavos);
- c) estimativa de reajustes tarifários anuais, nos meses de janeiro dos anos de 2023 a 2027, no patamar médio de 10% (dez por cento);
- d) estimativa de um valor anual de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para possível utilização de outros serviços realizados pela concessionária no fornecimento de água tratada (vistorias, religações, reparos, emissão de 2ª via, etc), previstos na Tabela II da Portaria n. 670/2017.

Quanto à estimativa do percentual de reajuste tarifário, em que pese a ausência de um índice específico para o setor, foi considerada o IGP-M, com prospecção de 10% ao ano a partir de 2023, baseado na conjuntura atual. Portanto, para os anos de 2023 a 2027 foi utilizado esse percentual **médio de reajuste, somente para efeito de metodologia de cálculo da estimativa do valor a ser contratado**. Ademais, o último reajuste tarifário do SAAE Vilhena ocorreu no ano de 2018, havendo, portanto, a possibilidade de novos reajustes no decorrer dos 60 meses de vigência do contrato pretendido, com vistas a recomposição do valor tarifário.

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 05/10/2021, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0746913** e o código CRC **BB3763BD**.

0002501-30.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 12/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1.0 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao que prescreve os artigos 6º, IX, e 7º, I, § 2º e § 9º, da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, que busca discriminar os serviços a serem contratados, conforme disposições a seguir.

2.0 – DO OBJETO

Contratação da autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena- SAAE do município de Vilhena, por inexigibilidade, com fulcro no Art. 25, I da Lei 8.666/93, para fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário, para atender ao Fórum Eleitoral de Vilhena, localizado na Av. Presidente Tancredo Neves, 4060 – Bairro Jardim América – Vilhena/RO, dando continuidade aos serviços já prestados, conforme dados abaixo:

MATRÍCULA	NOME	ENDEREÇO
0018837-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Vilhena	Av. Presidente Tancredo Neves, 4060 - Jardim América



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os quantitativos de consumo de água estão previstos no item 6 deste Projeto Básico.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA E DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O imóvel do Fórum Eleitoral de Vilhena (4ª Zona Eleitoral) não possui poço tubular para abastecimento de água, sendo que a necessidade de água para o imóvel é suprida atualmente pela concessionária local de abastecimento de água SAAE Vilhena, contratada por meio da Carta-Contrato 03/2017, cujo vigência de 60 meses expira em 01/03/2022 (Processo SEI n. 0000149-41.2017.6.22.8000, evento [0168373](#)). Pelo exposto, faz-se necessária uma nova contratação de concessionária de serviços de fornecimento de água tratada para utilização no referido Fórum Eleitoral.

Assim sendo, considerando que o Serviços Autônomo de Água e Esgotos de Vilhena - SAAE Vilhena - é a única entidade local de fornecimento de água tratada, conforme Atestado de Exclusividade constante nos anexos deste Termo de Referência, inexistindo mercado concorrencial, **propõe-se a contratação por inexigibilidade de licitação**, vez que inviável a competição, conforme preceitua o Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Com relação ao planejamento e à objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico consta do Plano Anual das Contratações para 2022, aprovado pela PORTARIA Nº 147 2021 (SEI [0002711-81.2021.6.22.8000](#), evento [0727578](#)) e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANO ESTRATÉGICO 2021- 2026 deste órgão, a saber:

- Garantir a adequada priorização dos gastos e investimento;
- Otimizar a execução orçamentária e financeira
- Otimizar a gestão de custos e redução do desperdício;
- Garantir agilidade e qualidade nas contratações
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho
- Aprimorar o atendimento ao eleitor e jurisdicionado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adotam-se no presente Projeto Básico mecanismos de aperfeiçoamento para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Busca-se estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

4.0 – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O objeto a ser contratado é de titularidade da Administração Municipal, no entanto, a exploração do serviço foi imputada ao SAAE Vilhena, por meio da Lei n. 832/1997, que cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE Cacoal, sendo que as regras de sustentabilidade ambiental são inerentes à própria exploração dos serviços pela entidade, não cabendo na contratação pretendida a exigência de critérios de sustentabilidade ambiental como condição para contratação.

5.0 – DO PRAZO

Propõe-se a vigência do contrato para 60 (sessenta) meses, **iniciando-se em 01 de março de 2022**, considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de água tratada na localidade.

Assim, será mais vantajoso para a administração, tendo em vista a economicidade alcançada no dimensionamento da contratação pelo prazo máximo legal previsto na Lei 8.666/1993, tornando-se desnecessárias as prorrogações anuais, já que não haverá como realizar comparativos de vantajosidade.

Ademais, caso o mercado venha a se alterar criando alguma competitividade, poderá a Administração, a qualquer tempo, usando dos poderes legais a ela conferidos, rescindir a avença e realizar o certame licitatório.

6.0 – DO VALOR

O valor total estimado desta contratação para o período de 60 meses é de **R\$ 9.029,32** (nove mil, vinte e nove reais e trinta e dois centavos), conforme demonstrado na tabela a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ano	Faixa de Consumo Mensal	Valor estimado tarifa de água	Valor Mensal Estimado Tarifa de água	Valor Tarifa de consumo para o ano	Custo anual estimado outros serviços prestados
2022 (10 meses)	Até 20 m3	R\$ 5,86	R\$ 117,20	R\$ 1.172,00	R\$ 50,00
2023	Até 20 m3	R\$ 6,45	R\$ 128,92	R\$ 1.547,04	R\$ 50,00
2024	Até 20 m3	R\$ 7,09	R\$ 141,81	R\$ 1.701,74	R\$ 50,00
2025	Até 20 m3	R\$ 7,80	R\$ 155,99	R\$ 1.871,92	R\$ 50,00
2026	Até 20 m3	R\$ 8,58	R\$ 171,59	R\$ 2.059,11	R\$ 50,00
2027 (2 meses)	Até 20 m3	R\$ 9,44	R\$ 188,75	R\$ 377,50	R\$ 50,00
TOTAL					

Para a estimativa do valor total da contratação utilizou-se como base:

- a) a atual faixa de consumo do Fórum Eleitoral (baseada também no histórico de consumo de anos anteriores), que é de 0 a 20 m³ mensais;
- b) os valores das tarifas atualmente em vigor para a Categoria 04 -Pública (de 0 a 20 m³), conforme Portaria n. 670/2017 (evento [0746815](#)), Tabela I, cujo valor é R\$ 5,86 (cinco reais e oitenta e seis centavos);
- c) estimativa de reajustes tarifários anuais, nos meses de janeiro dos anos de 2023 a 2027, no patamar médio de 10% (dez por cento);
- d) estimativa de um valor anual de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para possível utilização de outros serviços realizados pela concessionária no fornecimento de água tratada (vistorias, religações, reparos, emissão de 2ª via, etc), previstos na Tabela II da Portaria n. 670/2017.

Quanto à estimativa do percentual de reajuste tarifário, em que pese a ausência de um índice específico para o setor, foi considerada o IGP-M, com prospecção de 10% ao ano a partir de 2023, baseado na conjuntura atual. Portanto, para os anos de 2023 a 2027 foi utilizado esse percentual **médio** de reajuste, **somente para efeito de metodologia de cálculo da estimativa do valor a ser contratado**. Ademais, o último reajuste tarifário do SAAE Vilhena ocorreu no ano de 2018, havendo, portanto, a possibilidade de novos reajustes no decorrer dos 60 meses de vigência do contrato pretendido, com vistas a recomposição do valor tarifário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A despesa para contratação do serviço decorrente do presente Projeto Básico correrá inicialmente com recursos do Orçamento Anual 2022 deste Tribunal, conforme quadro abaixo, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
PLANO INTERNO:	IEF ÁGUA
VALOR (2022) :	R\$ 1.222,00

8.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

Não há requisitos específicos para participação e habilitação para o fornecimento do objeto deste PB devendo ser exigidas, para a contratação, a documentação de praxe a seguir:

- a. Certidão Negativa do INSS/ RFB (Tributos Federais);
- b. Certidão Negativa do FGTS;
- c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e,
- d. Certidão do CNJ.

9.0 – DO CONTRATO E SUAS CLÁUSULAS

Deverá ser firmado contrato, conforme preconizada no art. 62, *caput*, da Lei nº. 8.666/93, o qual respeitará as regras da mencionada lei e outras normas cabíveis ao serviço em questão.

Embora solicitado ao SAAE Vilhena um modelo padrão de contrato, foi respondido que não havia tal modelo, conforme consta em e-mail de 15/09/2021 (evento [0746803](#)).

Na ausência de um modelo padrão, propõe-se a utilização de regras do contrato atualmente em vigor (Carta-Contrato 3/2017, evento [0168373](#)), cujo conteúdo está abaixo reproduzido:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1 - DO REAJUSTAMENTO

9.1.2 - Os preços das tarifas serão reajustados de acordo com o índice estabelecido pela CONTRATADA por intermédio de Decreto da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO ou outro normativo legal cabível.

9.2 - DO PAGAMENTO

9.2.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em correspondência com o consumo mensal medido pela CONTRATADA, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil, em moeda corrente, no prazo indicado na respectiva fatura apresentada, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, ou, na ausência deste, pelo seu respectivo substituto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

9.2.1.1- A CONTRATADA emitirá as contas/faturas mensais, encaminhando-as para a sede do Fórum Eleitoral de Vilhena, no endereço constante na respectiva fatura, no mês posterior à utilização dos serviços. Ficará a cargo do Chefe de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Vilhena enviar as contas/faturas para a Seção de Administração Predial do TRE/RO – SEAP, devidamente atestadas, para fins de pagamento.

9.2.1.1.1 -Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.2.1.1.2 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade no SICAF e Justiça do Trabalho.

9.2.1.1.3 - No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima da CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas.

9.2.1.1.4 - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

9.2.1.1.5 - Estando as faturas anteriores quitadas **ou em processo de recurso**, a CONTRATANTE poderá contestar o valor apresentado nas faturas, desde que o faça no prazo de até 30 (trinta) dias após seu vencimento, através de reclamação dirigida à Gerência Comercial da CONTRATADA. **Protocolado o recurso, a cobrança será suspensa até que a CONTRATADA examine o cabimento da contestação apresentada.**

9.2.1.1.6 - Caso julgado total ou parcialmente improcedente o recurso, a CONTRATADA deverá comunicar o resultado à CONTRATANTE, **por escrito**, juntamente com as novas faturas com o valor devido e com nova data de vencimento, a qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis posteriores à apresentação.

9.2.1.1.7 - Das decisões da CONTRATADA caberá recurso à Agência Nacional de Águas – ANA.

9.2.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.2.2.1 - A compensação financeira prevista nesta Cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.3 - DAS OBRIGAÇÕES

9.3.1 – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA, zelando para que durante a vigência desta carta-contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de contratação;
2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as todas as ocorrências relevantes durante a execução da contratação e as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
3. Garantir à CONTRATADA, através de funcionário credenciado, o livre acesso às instalações hidráulicas da CONTRATANTE para verificações de rotina;
4. Fornecer aos técnicos da CONTRATADA os dados e informações que solicitarem sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligados ao sistema de fornecimento de água;
5. Adquirir os materiais solicitados pela CONTRATADA, conforme o padrão de qualidade exigido;
6. Efetuar a instalação hidráulica do imóvel dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATADA;
7. Reservar, utilizar e manter a qualidade da água após o ponto de entrega (cavalete);
8. Reparar ou substituir, dentro do prazo determinado pela CONTRATADA, as instalações defeituosas que estejam possibilitando o desperdício ou a poluição da água;
9. Comunicar à CONTRATADA, através de sua Gerência Comercial, a venda ou transferência do imóvel;
10. Responder pelos danos causados aos hidrômetros e reguladores de consumo do imóvel, exceto por calamidade pública ou ação de terceiros;
11. Solicitar à CONTRATADA qualquer reparo, substituição ou modificação do ramal predial;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas na seção “Do Pagamento” do instrumento contratual;
13. Informar à CONTRATADA qualquer alteração no imóvel que resulte em mudança de categoria ou economia (construção/reforma);
14. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
15. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
16. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;
17. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

9.3.1.1 – É vedado à CONTRATANTE:

1. A intervenção de qualquer modo e tempo nas instalações inadequadas e irregulares de água da CONTRATADA;
2. Realizar ligação clandestina de qualquer canalização à rede distribuidora da CONTRATADA;
3. Violar e/ou retirar o hidrômetro, por qualquer que seja o motivo;
4. Usar em sua instalação predial água que não proceda do sistema de abastecimento de água da CONTRATADA;
5. Efetuar a derivação clandestina de água para outro imóvel;
6. Usar bomba de sucção ou qualquer outro dispositivo que succione a água diretamente do ramal predial ou da rede de distribuição;
7. Violar o lacre das ligações cortadas;
8. Religar a água cortada sem autorização da CONTRATADA;
9. Efetuar o lançamento de águas pluviais e de piscina nas instalações de água e esgoto da CONTRATADA;
10. Construir fossa e/ou sumidouro à distância de 02 (dois) metros da rede pública de abastecimento de água.

9.3.2 - São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, vedada a subcontratação dos serviços;
2. Executar ligação de água somente quando constatadas a qualidade e a totalidade dos materiais solicitados ao CONTRATANTE, assim como a existência de reservatório de água com capacidade mínima de 500 (quinhentos) litros, com boia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Inspecionar as instalações hidráulicas do imóvel, antes de executar a ligação de água, bem como, a qualquer tempo, quando julgar necessário, depois de combinado previamente com a CONTRATANTE o dia e horário da visita;
4. Fornecer água tratada (potável) até o ponto de entrega do imóvel (cavalete), bem como os serviços de esgoto;
5. Interromper o fornecimento de água potável com prévio aviso formal, por necessidade de manutenção de redes, execução de prolongamentos e serviços técnicos;
6. Orientar e esclarecer quanto aos métodos para manutenção da qualidade da água;
7. Aferir seus instrumentos de medição periodicamente, com a fiscalização da CONTRATANTE, se a esta assim convier. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação da CONTRATANTE a qualquer momento, cabendo, porém, a esta, as despesas decorrentes, se for constatado que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita;
8. Encaminhar, sempre que ocorrer reajuste de preços das tarifas, cópia do ato que o determinou;
9. Manter-se durante toda a execução da presente Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesta contratação, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, Justiça do Trabalho e CNJ) e qualificações exigidas, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 8.666/93;
10. Interromper o fornecimento dos serviços de água e/ou esgoto por descumprimento de Cláusula Contratual somente mediante aviso prévio;
11. Suprimir o fornecimento de água e/ou esgoto da CONTRATANTE em débito, somente após notificada prévia e oficialmente, e extrapoladas todas as formas de negociações;
12. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
13. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento;
14. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento e em sua proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal;
16. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;
17. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE, a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato;
19. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
20. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;
21. Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

9.4 - DAS PENALIDADES

9.4.1 - O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste instrumento, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor faturado do mês da ocorrência do descumprimento, na forma seguinte:

I - primeira suspensão ou interrupção injustificada dos serviços por até 06 (seis) horas, multa de 5% (cinco por cento);

II - segunda suspensão ou interrupção injustificada dos serviços por até 06 (seis) horas, multa de 10% (dez por cento);

III - terceira suspensão ou interrupção injustificada dos serviços, bem como ocorrência dessa natureza por período superior a 06 (seis) horas, caracterizam a inexecução da obrigação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4.2 – Pela inexecução total ou parcial do objeto da carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos.

9.4.2.1 - As sanções estabelecidas nesta Cláusula podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas previstas na Cláusula anterior.

9.4.2.2 - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

9.4.2.3 - No caso de a CONTRATADA ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de juros moratórios de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

9.4.2.4 - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicada, aquele valor existente será recolhido ao Tesouro Nacional e a CONTRATADA será notificada para, através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, recolher o saldo remanescente do valor das penalidades aplicadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União –DAU (Lei 6.830/80) e, no prazo máximo de 75



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(setenta e cinco) dias, sob pena de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

9.4.2.4 - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

9.4.2.5 - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

9.4.2.6 - Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

9.4.2.7 - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN-TRE/RO n. 004/08.

10.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato será o titular da Seção de Administração Predial/SEAP, auxiliado por servidores lotado na unidade. O fiscal do contrato será o Chefe de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Vilhena. Nas ausências legais dos titulares da gestão e da fiscalização, caberá aos seus substitutos legais tal incumbência. As atribuições do gestor e do fiscal estão previstas na IN 04/2008-TRE/RO.

11.0 – ANEXOS

São anexos do presente Projeto Básico os documentos abaixo relacionados:

I - E-mails com tratativas de envio documentais ([0746803](#))

II - Lei 832/1997 - Criação SAAE Vilhena ([0746804](#))

III - Decreto de Nomeação Diretor Geral e documentos pessoais ([0746813](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

IV - Atestado de Exclusividade ([0746814](#))

V - Portaria 670/2017 - Tarifas ([0746815](#))

VI - Declaração inexistência fato superveniente ([0746818](#))

Certidões Negativas ([0746821](#))



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 05/10/2021, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0746915** e o código CRC **7296CA88**.

0002501-30.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002501-30.2021.6.22.8000

INTERESSADO: 04ª Zona Eleitoral/RO

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) para fornecimento de água tratada no Fórum Eleitoral no Município de Vilhena-RO.

PARECER JURÍDICO Nº 194 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado com o objetivo de contratar a entidade autárquica municipal de Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena (SAAE Vilhena) para a prestação de serviço de fornecimento de água tratada para suprir as necessidades do Fórum Eleitoral de Vilhena /RO.

02. A chefe da Seção de Administração Predial (SEAP) apresentou a Solicitação de Contratação 6 ([0743356](#)) ao titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) que autorizou a continuidade dos atos necessários para a contratação pretendida, conforme Despacho 1694/2021 ([0743387](#)).

03. Na instrução do procedimento, juntou-se aos autos o ETP 3 ([0746888](#)), o Projeto Básico 12 ([0746915](#)), a Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0746913](#)), e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa ([0746821](#)).

04. O Projeto Básico citado contém a descrição do objeto, justificativa, inexigibilidade, valor, forma de pagamento, contrato, aderência orçamentária, gestão e fiscalização, e está complementado pelos seus anexos ([0746803](#), [0746804](#), [0746813](#), [0746814](#), [0746815](#), [0746818](#) e [0746821](#)).

05. Mediante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 102/2021 ([0749204](#)), a COMAP, unidade responsável pela avaliação, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, concluiu que o PB juntado está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas no Art. 6º, inciso IX; Art. 7º, inciso I; Art. 25 c/c Parágrafo único do Art. 26, todos da L. 8.666/93 para **contratação direta com inexigibilidade de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO.

06. A Coordenadoria Orçamento, Finanças e Contabilidade, por meio da Informação nº 241/2021 - PRES/DG/SAOFC/COFC ([0749536](#)), comunica a impossibilidade de realizar a programação orçamentária e a consequente reserva orçamentária, pois se trata de despesa a ocorrer somente no exercício 2022 e depende de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022, atualmente em tramitação no Congresso. Apesar disso, aduz que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício de 2022 tramita no processo [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão de R\$ 53.064,00 (cinquenta e três mil sessenta e quatro reais) destinados a despesas objeto desta contratação.

07. Em seguida, a Seção de Contratos (SECONT) elaborou a minuta de carta-contrato ([0751666](#)).

08. Assim instruídos vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica ([0751667](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. O Projeto Básico foi elaborado pela SEAP e juntado aos autos pelo evento 0746915, no qual se destacam os seguintes aspectos:

a) a SAAE é a única concessionária prestadora dos serviços de fornecimento de água tratada naquela localidade, como se denota na Lei Municipal nº 832/97 ([0746804](#)) e na Declaração de Exclusividade ([0746814](#));

b) a vigência do contrato, fugindo à regra da anualidade, está sendo dimensionada para 60 (sessenta) meses, em louvor ao princípio da economicidade, já que dispensaria as renovações anuais, vez que inexistentes parâmetros de vantajosidade em razão da ausência material de competição;

c) o valor estimado da contratação para o período de 60 meses (março/2022 a março/2027) foi modulado em R\$ 9.029,32 (nove mil vinte e nove reais e trinta e dois centavos), tomando-se como parâmetro os valores atuais, inclusive com aplicação de reajustes anuais, aplicados sobre as expectativas de consumo para o período, dimensionados na planilha elaborada no item 6.0 do PB juntado.

10. No que diz respeito à contratação por inexigibilidade de licitação, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição, caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229)

11. Pelo que se vislumbra das informações acima contidas, há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por **ausência de mercado concorrencial** para a localidade que reclama o serviço, apenas a SAAE disponibiliza o fornecimento de água tratada, conforme a Lei Municipal nº 832/97 ([0746804](#)) e Declaração de Exclusividade ([0746814](#)). Assim, a contratação ora pretendida será direta.

12. Resta analisar a questão da duração do contrato, nos termos da solicitação da SEAP. É sabido que, de acordo com o **art. 57 da Lei 8.666/93** impera a regra geral da anualidade para as contratações públicas, sendo, no entanto, possível a prorrogação de alguns ajustes, por iguais e sucessivos períodos por até cinco anos, quando os serviços por eles avençados possuírem natureza continua sendo observada a manutenção da vantajosidade para a Administração contratante, nos termos do Art. 57, II, da lei nº 8.666/93.

13. Analisando e interpretando essa regra geral, o TCU tem admitido, como na **Decisão 25/2000 - Plenário**, que o contrato seja dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 meses, desde que: a) os serviços sejam contínuos e, b) a vigência excepcional seja justificada pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Não há dúvida da comprovação nos autos do atendimento de ambas as exigências, posto tratar-se, de fato, de serviço contínuo, nos termos que definidos pela **Resolução TSE nº 23.234/2010**, já que sua interrupção compromete a continuidade da prestação dos serviços finalísticos do fórum eleitoral, sendo que o hiperdimensionamento dispensará as renovações anuais, vez que inexistentes parâmetros de vantajosidade em razão da ausência material de competição, materializando-se, assim, o **princípio constitucional da economicidade** no desempenho da atividade administrativa.

15. Todavia, cabe registrar que havendo qualquer alteração no mercado que produza um quadro de competitividade, o fato deverá ser relatado *incontinenti* pelo fiscal do contrato para, ao lado dos demais aspectos, decidir pela continuidade ou não da avença.

16. No que diz respeito especificadamente a contratação por inexigibilidade, preceitua o parágrafo único do artigo 26 da Lei 8666/93 que:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...)

17. Por sua vez, sendo o caso de fornecedor único do serviço, como atestado nos autos, não há outra escolha possível, satisfazendo, portanto, a regramento art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

18. Quanto à compatibilidade do preço, em regra recomenda-se avaliar a possibilidade de realizar pesquisas de mercado adotando os parâmetros da Instrução Normativa SG/ME nº 73/2020.

19. Contudo, na hipótese sob apreciação, é cobrada uma tarifa pelo serviço conforme o volume de água e esgoto utilizado pelo usuário com base na estrutura tarifária apresentada na tabela juntada ao evento 0746815, sendo que preço é o mesmo para todos os órgãos da Administração Pública. Assim, a pesquisa mostrou-se infactível.

III – CONCLUSÃO

20. Diante ao exposto, inexistindo alternativas viáveis para a contratação do serviço de água tratada e esgoto sanitário demandados pela unidade da Justiça Eleitoral no Município de Vilhena e se tratando de serviço prestado em caráter de exclusividade pela Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), poderá a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração contratá-lo diretamente com essa empresa, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

21. Por seu tempo, verifica-se que o Projeto Básico ([0746915](#)) acompanhado de seus anexos, possui os elementos essenciais previstos pelo artigo 6º, IX, da Lei 8.666/93, conforme manifestação da Coordenadora da COMAP ([0749204](#)), unidade competente para a análise dos termos de referência neste Regional, podendo ser apresentado a autoridade, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações.**

22. No tocante aos termos da minuta de Carta-Contrato juntada aos autos, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

23. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do Lei nº 8.666/93, esta **Assessoria Jurídica** manifesta sua **aprovação** aos termos da referida minuta de Carta-Contrato ([0751666](#)).

24. Considerando a Informação nº 241/2021 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0749536](#)), a execução da despesa somente se dará no exercício financeiro em 2022, com previsão orçamentária no montante de R\$ 53.064,00 (cinquenta e três mil sessenta e quatro reais) para o serviço pretendido, conforme proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.8000, a efetivação da contratação ficará condicionada a disponibilidade orçamentária do valor total da despesa para o respectivo exercício financeiro.**

25. Por derradeiro, com precedente na **Decisão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo **art. 26** da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação - R\$ 9.029,32 (nove mil vinte e nove reais e trinta e dois centavos), conforme item 6 do PB 12/2021 - se estabelecer abaixo dos patamares da dispensa legal. Todavia, nada impede que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

Á consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 27/10/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 27/10/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755505** e o código CRC **BA78ED79**.

0002501-30.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002501-30.2021.6.22.8000

INTERESSADO: 04ª Zona Eleitoral/RO

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação da Empresa de Serviço Autônomo de Águas e Esgotos do Município de Vilhena - SAAE.

DESPACHO Nº 1500 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Manutenção Predial – SEAP objetivando a contratação da concessionária **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VILHENA – SAAE** – CNPJ n. 01.933.030/0001-13, detentora de exclusividade, para o fornecimento de água tratada ao Cartório da 4ª Zona Eleitoral, por 60 (sessenta) meses, a contar de 1º/03/2022, conforme descrição constante no Projeto Básico 12 ([0746915](#)).

A unidade demandante elaborou solicitação de contratação 6 ([0743356](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 3 ([0746888](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0746913](#)).

Carreou-se aos autos o certificado de exclusividade fornecido pela Prefeitura Municipal de Vilhena ([0746814](#)) registrando que a empresa SAAE é o único e exclusivo órgão sediado no Município de Vilhena que faz captação, tratamento e distribuição de água canalizada, coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por se tratar de fornecedor exclusivo, concessionária/permissionária de serviço público de fornecimento de água tratada, com estrutura tarifária tabelada por meio de norma municipal, disponibilizada pela própria concessionária/permissionária, a estimativa de preços foi baseada em estimativa de quantidade de água (m³) a ser consumida no período da contratação, multiplicada pela tarifa vigente na data da elaboração da Informação Conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0746913](#)).

A regularidade da empresa para contratar com a Administração Pública foi comprovada pela juntada da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (evento [0746821](#)).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 12/2021-SEAP ([0746915](#)), que dimensionou o valor total da contratação em R\$ 9.029,32 (nove mil vinte e nove reais e trinta e dois centavos) para o período de 60 meses, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico n. 12/2021-SEAP ([0746915](#)), complementado pelo Atestado de Exclusividade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, I, da Lei n. 8.666/93, bem como pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0749204](#)).

A COFC atestou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária por se tratar de despesa somente no exercício 2022 e depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0749536](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0751666](#)) e remeteu para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0751667](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral emitiu Parecer Jurídico nº 194/2021 ([0755505](#)), opinando pela possibilidade de contratação direta da Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), inscrita no CNPJ sob o nº 01.933.030/0001-13, por inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico e pela publicação da contratação apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal. Por fim, aprovou os termos da minuta da carta-contrato ([0751666](#)) para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/1993.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação tanto do ETP [0746888](#) quanto do Projeto Básico 12/2021 ([0746915](#)), autorização da despesa e pela contratação direta do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena - SAAE Vilhena**, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.933.030/0001-13, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no [art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93](#), pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0746913](#)) e publicação do ato **apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade ([0755620](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

A unidade demandante, no item 3 do Projeto Básico ([0746915](#)), justifica a necessidade da contratação pelo fato do imóvel do Fórum Eleitoral de Vilhena (4ª Zona Eleitoral) não possuir poço tubular para abastecimento de água o que torna necessária uma nova contratação da única concessionária de serviços de fornecimento de água tratada do Município para utilização no referido Fórum Eleitoral.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por **ausência de mercado concorrencial** para a localidade que reclama o serviço, pois



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apenas a SAAE disponibiliza o fornecimento de água tratada, conforme Lei Municipal nº 832/97 ([0746804](#)) e Declaração de Exclusividade ([0746814](#)).

Registra-se que, sendo fornecedor único do serviço, como atestado nos autos, está justificada a escolha do fornecedor. No tocante a ao preço, conforme já relatado é cobrada uma tarifa pelo serviço conforme o volume de água e esgoto utilizado pelo usuário com base na estrutura tarifária apresentada na tabela juntada ao evento 0746815, sendo que o preço é o mesmo para todos os órgãos da Administração Pública, restando-se assim satisfeitos os regramentos previstos nos inciso II e II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Por fim, quanto a duração do contrato, em que pese a regra da anualidade das contratações públicas, o TCU tem admitido, como na **Decisão 25/2000 - Plenário**, que o contrato seja dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 meses, desde que: **a)** os serviços sejam contínuos e, **b)** a vigência excepcional seja justificada pela Administração, o que restou devidamente comprovado nos autos como bem registrado nos itens 13 e 14 do parecer da AJDG ([0755505](#)).

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprovo o ETP (0746888) e o Projeto Básico nº 12/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP (07469156), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 0746913, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93, em razão da inviabilidade de competição, condicionada à disponibilidade orçamentária do valor da despesa;

IV - Adjudico o objeto à empresa SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VILHENA – SAAE – CNPJ n. 01.933.030/0001-13, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 9.029,32 (nove mil, vinte e nove reais e trinta e dois centavos); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Determino a publicação do ato de ratificação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para as demais providências com vistas à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 28/10/2021, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755735** e o código CRC **BCB88CB7**.